



## **Uma economia feminista baseada na defesa da vida e na soberania alimentar**

*Esta é a tradução do documento de insumo enviado pelo Secretariado Internacional para 6ª Ação Internacional da MMM com o lema “Marchamos contra as guerras e o capital, defendemos a soberania dos povos e o bem viver!”*

Nestes 25 anos de Marcha Mundial das Mulheres, afirmamos que, para compreender as práticas de dominação da sociedade capitalista, patriarcal e racista, é necessário entendê-la como um sistema de múltiplas opressões cujas lógicas de exploração atuam simultaneamente no econômico, no social e no cultural, no político e no ideológico, no saber, no simbólico-midiático e no ecológico, ou seja, em todos os aspectos materiais e subjetivos da vida. Observamos que o entrelaçamento dessas opressões tem consequências diferentes nos corpos e territórios das mulheres urbanas, camponesas, indígenas, negras, bem como na comunidade LGBTIQ+. É por isso que reforçamos, hoje mais do que nunca, a seguinte ideia: a libertação das mulheres da sua posição subordinada é incompatível com a existência da sociedade capitalista.

Nas sociedades capitalistas, enfrentamos a exploração dos seres humanos e da natureza, num sistema que tem a capacidade de se atualizar e se adaptar ao longo do tempo e que tem entre as suas engrenagens a colonização e o colonialismo, a tomada de territórios, a subjugação dos povos negros e indígenas, a imposição permanente do binarismo de gênero e a separação dos seres humanos da natureza. Enfrentamos a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados, que não é reconhecido como trabalho ou atividade econômica. As mulheres vivem num mundo que ignora os excessos físicos e mentais assumidos por elas como gestoras de famílias, comunidades, e como cuidadoras de pessoas dependentes. Os efeitos negativos dessa distribuição desigual do trabalho de cuidados se manifesta em termos de acesso à educação, empregos decentes e oportunidades que lhes permitam desenvolver plenamente suas vidas.

Partindo da economia feminista, enfatizamos que o capitalismo se apropria não apenas da produção de trabalho remunerado, mas também do trabalho necessário para a própria existência das pessoas trabalhadoras, ou seja, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, que reproduz a força de trabalho.



É assim que a opressão das mulheres, das adolescentes e de outras identidades feminizadas não só mantém a vida, mas também sustenta o sistema que as oprime.

Essa expropriação e invisibilização do trabalho de cuidados está enraizada na divisão sexual do trabalho. Essa divisão consiste em uma distribuição desigual do trabalho considerado produtivo e reprodutivo entre homens e mulheres, entre as famílias, o mercado e o Estado, e também é apoiada por vidas racializadas e pela migração. Aqui, a submissão dos corpos e o controle da sexualidade são a graxa que garante que as engrenagens da divisão sexual e racial do trabalho funcionem dentro do sistema. Tudo isso é legitimado e reproduzido pelo patriarcado.

Durante os 25 anos de luta da Marcha Mundial das Mulheres, observamos como a falta de autonomia econômica e as precárias condições de trabalho são fatores determinantes na reprodução da pobreza entre as mulheres e como essa pobreza feminizada afeta não só as mulheres, adolescentes e jovens, mas também as comunidades condenadas à expropriação e precariedade das suas vidas. Essas reflexões permeiam a visão do movimento em torno da defesa da igualdade, dos direitos e da seguridade social para todas as trabalhadoras, em particular as trabalhadoras domésticas migrantes, deslocadas, mal remuneradas e não remuneradas. Colocamos no centro da denúncia do capitalismo patriarcal o papel das empresas transnacionais na exploração do trabalho, do corpo e dos territórios das mulheres e de outras identidades feminizadas.

No século 21, e especialmente após a pandemia de covid-19, os ataques permanentes às condições de vida significaram um afastamento ainda maior das mulheres de um horizonte de emprego decente e digno. Estamos enfrentando o fim de empregos com direitos, que nunca chegou a ser uma realidade para muitas mulheres no Sul Global.

A normalização da informalidade é constantemente reforçada pelo discurso sobre o empreendedorismo, o teletrabalho, a difusão da plataformização do trabalho em escala global e a ideia de que cada pessoa é um “capital humano”, justificando um mundo de trabalho sem proteção dos direitos sociais e econômicos. Nesse contexto, as situações de precariedade vividas

pelas mulheres em todo o mundo são modelos que as sociedades capitalistas procuram generalizar como desejados e “rentáveis”.

Em geral, a precariedade da vida é o novo regime de existência da maioria. No entanto, está distribuída de forma desigual entre os territórios do Norte e do Sul global, entre as vidas que importam e as que não importam para o sistema.

Há uma distribuição desigual dos recursos e dos meios para manter a vida. Os bens comuns como água, terra, alimentação, serviços públicos básicos são privatizados. Conhecemos relações de opressão e privilégio baseadas no racismo, patriarcado e heteronormatividade que dão valor desigual à diversidade de vidas, com mecanismos concretos utilizados para hierarquização e desapropriação. Entre eles está o processo de disciplinar o corpo para o trabalho, que transforma as pessoas, assim como a natureza, em meios de acumulação, em simples “recursos” para um sistema destinado a ser mantido à custa da vida do planeta.

No contexto atual, a necropolítica se torna um elemento essencial do sistema. Somos confrontadas com uma classificação implacável da vida, dividida entre: vidas descartáveis que não têm valor, como as milhares de pessoas que morrem nas fronteiras da Europa; vidas que têm mais “valor” se não existirem, como as das comunidades originárias e indígenas que se opõem ao extrativismo e cujo desaparecimento é útil para o processo de acumulação; e vidas que têm direito a tudo, limitadas às pessoas brancas, urbanas, burguesas e heterossexuais do Norte global.

Os Estados optam por apoiar a lógica da acumulação e sua capacidade de multiplicar as desigualdades. Face às crises provocadas pelo próprio sistema, as soluções propostas pelos Estados e pelos governos alinhados com o sistema capitalista, patriarcal e colonialista são a continuação da desregulação dos mercados, a regressão dos direitos, a privatização dos serviços públicos, o salvamento dos bancos privados e o sacrifício dos territórios.

O autoritarismo global do mercado e do poder das empresas é reforçado em vários territórios

onde a democracia é ignorada, mesmo nas suas mínimas aparências. A extrema-direita e os fundamentalismos religiosos são gradualmente reforçados, aderindo ao projeto hegemônico de promover as privatizações, expandir o papel das empresas, reforçar a divisão sexual do trabalho. Isso garante cada vez mais que as consequências sociais das crises recairão sobre os corpos das mulheres, especialmente as mulheres racializadas, migrantes, grupos étnicos, as mulheres deslocadas, as camponesas e as que vivem no Sul global. Continuamos observando espantadas como as mesmas receitas fracassadas dos anos 70 e 80 do século passado de endividamento ainda se aplicam, com os mesmos resultados desastrosos para os povos.

Repete-se constantemente que o “desenvolvimento” só pode ser garantido pela integração das economias locais na “grande economia mundial”. E nos perguntamos: de que desenvolvimento eles estão falando? Daquele que se baseia na pilhagem dos países, na destruição dos ecossistemas (florestais, marinhos, lacustres, fluviais etc.), na depredação do ambiente, na divisão sexual do trabalho, da vida e também na exploração abusiva dos recursos naturais e culturais dos países? E, além disso, será que todos os seres humanos podem realmente fazer parte desse desenvolvimento? Nossa proposta considera que nem todos podem fazer parte desse modelo, porque o sistema capitalista, patriarcal e colonialista precisa do sacrifício de vidas e territórios, precisa da expansão da exploração para garantir o ciclo de acumulação que o define.

Para nós, existe uma contradição estrutural entre os processos de valorização do capital e os processos de sustentabilidade das vidas. Enquanto o capital e as suas necessidades forem privilegiados, a vida estará sempre ameaçada. É o que chamamos de conflito capital-vida.

Estamos num momento em que a acumulação capitalista acontece à custa da vida, da sua negação e da sua destruição. Numa época em que espécies e ecossistemas inteiros estão desaparecendo, em que pessoas de todas as idades e com todos os tipos de necessidades estão sendo despejadas para salvar os bancos, em que a guerra é um negócio, e até mesmo uma forma de “dinamizar as economias” ou “superar a crise”.

Vários fenômenos convergem para a intensificação dos conflitos, a apropriação e privatização



dos bens comuns, a destruição das economias de subsistência, a mercantilização da vida (sementes, conhecimentos, relações ou formas de comunicação), o que implica a penetração da lógica da acumulação em novas facetas.

Hoje, mais do que nunca, o processo socialmente garantido é a acumulação de capital. Isso inibe a responsabilidade coletiva pela manutenção da vida e, além disso, constitui uma ameaça constante para ela.

### **Economia feminista para transformação**

Na Marcha Mundial das Mulheres, a economia feminista é um pensamento, uma prática e uma aposta política baseada na crítica ao sistema econômico que se impõe como único modelo e que limita a vida econômica aos mercados, aos investimentos, ao capital e aos indicadores de produtividade. A partir da economia feminista de ruptura, propomos uma teoria, uma prática e um movimento, estratégias para enfrentar o sistema de múltiplas opressões moldado pelo capitalismo, patriarcado, colonialismo e racismo, baseado na construção de alternativas centradas na produção de sociedades justas, onde a manutenção da vida está no centro da ação.

Partimos da vida cotidiana, do reconhecimento das pequenas e grandes obras realizadas nas cozinhas, nas hortas, à mesa, como experiências econômicas, e assim ampliamos os limites da economia a todos os processos, relações e trabalhos necessários à sustentabilidade da vida, e não apenas a um conjunto de atividades geradoras de lucro.

Sabemos que mudar a concepção e o modelo de cuidados é um poderoso motor de transformação social. Mas não nos limitamos a tornar visível o trabalho do cuidado. As nossas reflexões vão além. Queremos saber como a distribuição desigual dos cuidados interage com o resto do sistema, como serve o capitalismo, que papel desempenha o racismo, como as decisões dos poderes corporativos afetam as nossas vidas e os nossos territórios. Nossa abordagem da economia feminista oferece uma perspectiva crítica através da qual podemos compreender e abordar essas questões de uma forma interligada.



A economia feminista com a qual estamos trabalhando e refletindo mostra como o sistema capitalista prioriza os lucros do mercado em detrimento da sustentabilidade da vida. Ela revela as tensões irreconciliáveis entre a lógica da acumulação e a própria vida. Procura dismantlar um sistema que explora as mulheres, mas também a natureza, os povos do sul e as pessoas trabalhadoras. Propõe alternativas baseadas na corresponsabilidade do trabalho de cuidado na comunidade, na defesa dos bens comuns e na construção da soberania alimentar, comunicativa, tecnológica, territorial e cultural.

A economia feminista não é apenas mais uma “questão” para o nosso movimento. A economia feminista articula o nosso projeto de transformação e contribui para a construção de sínteses programáticas e estratégicas, sem fragmentar as agendas. Colocar a sustentabilidade da vida no centro é a nossa proposta política e nós a articulamos com as propostas da soberania alimentar, da integração dos povos, da construção do bem viver e da justiça ambiental.

A economia feminista desafia as divisões e hierarquias entre natureza e cultura, trabalho público e privado, trabalho comunitário ou público, trabalho produtivo e reprodutivo. Ela põe em evidência a relação entre o trabalho que produz e sustenta a vida, isto é, o trabalho do cuidado, e o modo como a vida é mantida não só numa base material, mas também em redes de cuidados e afetos construídos por comunidades organizadas em torno da vida dos seres humanos e de outros seres.

Nossos desafios políticos incluem compreender o tempo para além da linearidade, tentando abraçar as complexas relações entre o presente, o passado e o futuro nos processos que sustentam a vida, aprender sobre as práticas e a história das pessoas com base no conhecimento local e uma nova compreensão do trabalho, analisando sua organização, suas divisões, o que faz e para quem é feito. Da mesma forma, nossa reflexão sobre o trabalho e o tempo nos leva a pensar no descanso, no prazer, na comunidade, na família, no cuidado e no autocuidado.

Questionamos o progresso centrado no crescimento ilimitado da acumulação. Consideramos o conflito capital-vida como um conflito estrutural e insolúvel que caracteriza o sistema de

dominação múltipla em que vivemos. Tentamos desenvolver uma visão completa desse sistema biocida, entendendo que ele é um sistema socioeconômico que prioriza a vida de uns poucos que importam muito e outros e outras que são descartáveis, o que invisibiliza a interdependência dos seres humanos entre si e com o resto dos seres vivos e com o planeta. Ele nega a interdependência e a vulnerabilidade de todas as pessoas. Nega, também, que as necessidades e os desejos sejam plenamente satisfeitos dentro da comunidade.

A economia feminista é uma proposta para os bens comuns que emerge de reflexões e ações integradas. Ela se alimenta todos os dias das nossas experiências cotidianas, bem como das reflexões de pesquisadoras e ativistas feministas. São alternativas que já se materializaram em pequenas e grandes experiências de mercados de produtoras, de cooperativas de mulheres, de hortas comunitárias etc., bem como na recuperação do conhecimento, das práticas ancestrais, dos saberes internos e locais.

Na nossa trajetória, abarcamos conceitos como o território, que entendemos como algo que contém conhecimento, amor, crenças, bem como os meios para se alimentar, se abrigar, trocar conhecimentos. É através do território que nos reconhecemos e construímos identidades. O território desempenha um papel crucial na perspectiva da economia feminista no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres, uma vez que permite explorar conflitos relacionados com os recursos e a formação de identidades políticas coletivas. O conceito de território serve de base para a construção de um sujeito político como um processo necessário para a transformação e emancipação.

Na nossa análise, também nos concentramos na forma como o colonialismo persiste e é atualizado. Na forma como a heteronormatividade disciplina os nossos corpos e facilita a docilidade dos indivíduos diante do sistema que nos oprime. Na forma como o neoliberalismo produz e reproduz a precariedade no Norte e no Sul. No papel desempenhado pelas guerras, pelas transnacionais, pelo supremacismo branco, pelos fundamentalismos religiosos e pela progressão da extrema direita.



A economia feminista que propomos na Marcha Mundial das Mulheres não acredita em conciliações com o sistema capitalista. Ela se alimenta do feminismo popular e do internacionalismo feminista, reconhece a diversidade das lutas das mulheres, a educação popular como metodologia de reflexão, formação e ação, e a importância das alianças com movimentos ligados às lutas pelos bens comuns.

### **Nossas propostas**

Uma *economia radicalmente crítica*, centrada numa compreensão crítica e plural do sistema econômico dominante e na construção de alternativas, com aprofundamento de análises, formação e pesquisa sobre aspectos essenciais para a reprodução social e a manutenção de vidas dignas de serem vividas, tais como: segurança social, soberania alimentar, emprego digno, para citar alguns.

Uma economia centrada nas comunidades das mulheres e na diversidade dos povos, que aborda também as dinâmicas de poder e as desigualdades presentes nas estruturas econômicas e sociais hegemônicas ou tradicionais, destacando a propriedade coletiva, a igualdade de gênero, a reforma agrária, o empoderamento das mulheres, a formação política, o direito à saúde reprodutiva, o direito à descendência, o direito aos recursos naturais, o direito à segurança social, o direito a um ambiente saudável, o direito à educação e à formação, à agroecologia e à agricultura sustentável, os modelos corporativos e a garantia da segurança social para as mulheres e outras comunidades excluídas.

### **A sustentabilidade da vida como princípio central**

Nós, militantes da Marcha Mundial das Mulheres, afirmamos que colocar a sustentabilidade da vida no centro significa:

1. A livre autodeterminação dos corpos e dos territórios.
2. Um retorno à nossa história, à nossa memória, ao nosso conhecimento e às nossas

práticas ancestrais.

3. Mudar nossa forma de consumir, produzir, reproduzir a vida e trocar por sua sustentabilidade.
4. Adotar a produção, a transformação e o consumo sustentáveis nas nossas práticas.
5. Tornar visível, reconhecer e, sobretudo, reorganizar o trabalho doméstico e assistencial, com corresponsabilidade entre homens, comunidades, Estado e mulheres.
6. Aplicar práticas laborais justas que garantam os direitos das e dos trabalhadores, salários justos e melhores condições.
7. Eliminar a produção que gera desperdício e lucro e, em vez disso, concentrar-se em economias que conservam os recursos e se baseiam na necessidade.
8. Adotar práticas sustentáveis que priorizem o equilíbrio ecológico.
9. Conceber sistemas judiciais que não reforcem a opressão e reconheçam a cidadania das pessoas migrantes, das diversas identidades sexuais, dos povos soberanos e das democracias.
10. Serviços públicos que garantam a reprodução social e Estados que construam, com base nos bens comuns, o reconhecimento dos valores comunitários.
11. Estados que meçam e tornem visível a contribuição das mulheres para a reprodução, a produção e as economias nacionais.
12. A desmercantilização da vida e o fim do poder das empresas transnacionais.
13. Lidar com a mercantilização da vida e com o endividamento.
14. Reforçar a economia real, a economia a serviço da humanidade, em harmonia com o planeta e todos seus habitantes.
15. Fazer uma transição para energias renováveis e economias circulares para reduzir a degradação ambiental.
16. Reforçar os sistemas de produção locais e comunitários para reduzir a dependência das cadeias de abastecimento globais baseadas na exploração.
17. Assegurar que o “desenvolvimento econômico” não venha à custa da qualidade de

vida das pessoas e das gerações futuras.

18. Facilitar o acesso universal à educação e à saúde como direitos fundamentais, para garantir a reprodução do conhecimento e o bem-estar das gerações futuras.

## **O bem viver**

Quando falamos de bem viver, propomos uma ruptura radical com a lógica produtivista do consumo e do crescimento, substituindo-a pela lógica da sustentabilidade ambiental e social e da reprodução social.

O bem viver vem das cosmologias andinas e não significa viver melhor do que hoje, nem melhor do que os outros, nem uma preocupação constante em melhorar a vida, mas simplesmente uma vida boa, em harmonia e equilíbrio com as necessidades dos outros seres vivos e do planeta. É viver em boas sociedades para todas e todos sem exclusão ou opressão, com senso de comunidade e liberdade.

O bem viver é um conceito em construção que se alimenta de experiências ancestrais comuns e da diversidade de cosmogonias e formas culturais. Ele se alimenta *do* comum e *pelo* comum, dessa responsabilidade coletiva de manter a vida.

O bem viver não é sinônimo de consumo e muito menos de viver à custa da vida dos outros.

Como proposta em que trabalhamos ativamente na Marcha Mundial das Mulheres, temos de continuar contribuindo para questões como:

O que é uma vida digna? O que torna uma vida viável? Como entendemos a felicidade, as necessidades e os desejos? Qual é o papel do Estado, da comunidade e da cidadania?

Devemos pensar nas formas de produção e reprodução que tornam possível uma vida boa hoje sem comprometer uma vida boa no futuro.

## **Soberania alimentar e agroecologia**

Repensar o tempo e o trabalho em relação com a natureza é uma das abordagens da soberania alimentar, uma das propostas políticas mais poderosas entrelaçadas com a economia feminista.

Aderimos à proposta da Via Campesina de construir a soberania alimentar sobre seis pilares:

1. Dar prioridade à alimentação dos povos.
2. Valorizar aqueles e aquelas que produzem alimentos.
3. Reduzir as distâncias entre os sistemas alimentares, confrontando o agronegócio e os acordos de livre comércio.
4. Controle local do território, das sementes e da água.
5. Agroecologia e desenvolvimento de conhecimentos e competências indígenas.
6. Trabalhar e cuidar da natureza e defender o princípio de que a agricultura camponesa esfria o planeta e se opõe a falsas soluções de mercado para a crise climática.

As mulheres camponesas são as protagonistas da construção da soberania alimentar, da conservação das sementes locais e da biodiversidade e da defesa dos territórios e dos modos de vida.

## **Reconhecimento da interdependência e da ecodependência**

Os princípios da interdependência e da ecodependência são fundamentais na luta pela justiça climática e pela visibilidade e valorização do trabalho de cuidados. O reconhecimento da interligação de todas as formas de vida é fundamental para o desenvolvimento de estratégias igualitárias e sustentáveis. Essa perspectiva é particularmente importante na luta pela soberania alimentar e pela justiça ambiental, onde a economia feminista e as comunidades locais se unem para desafiar o domínio das empresas transnacionais.

Ao construir alianças estratégicas entre movimentos e territórios, podemos criar uma força poderosa para a mudança. Essas alianças se baseiam no entendimento de que a verdadeira



sustentabilidade só pode ser alcançada quando as necessidades das pessoas e do planeta são satisfeitas em harmonia.

### **Soberanias populares**

Apostamos na construção de soberanias populares, entendidas como o direito dos povos de exercerem sua autoridade sobre seus territórios, seus conhecimentos e saberes, suas comunicações, sua produção alimentar e energética, suas formas de governo e autogoverno.

Um povo ou comunidade soberana é um povo ou comunidade que exerce controle democrático sobre os processos e sistemas sociais que garantem a sua existência. As soberanias populares se baseiam no reconhecimento dos saberes e práticas acumulados.

### **Construção do sujeito político feminista**

É a construção de um “nós” que reconhece as formas de opressão, bem como as forças que temos para transformar as realidades que nos oprimem.

Somos um coletivo de mulheres que sabem que são protagonistas de um processo. Entendemos que devemos passar do individual para o coletivo, que devemos construir acordos e propostas, porque não se trata apenas de denunciar ou expressar a nossa oposição. É também uma questão de ter um mundo alternativo, uma visão partilhada do bem viver. Para isso, estamos empenhadas na construção do sujeito político feminista e emancipatório, através da educação popular feminista, da pesquisa e da ação participativa, da comunicação feminista e popular e da construção coletiva de uma interpretação comum das realidades.